

Maria Cristina da Conceição Oliveira Profa. Dra.
Joana Paulin Romanoski (Orientadora)

DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS NA EJA:

**CADERNO PEDAGÓGICO
COM PROPOSTAS DE
OFICINAS ANTIRRACISTAS**

Curitiba | 2024



Maria Cristina da Conceição Oliveira Profa. Dra.
Joana Paulin Romanoski (Orientadora)



DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EJA:

**CADERNO PEDAGÓGICO COM PROPOSTAS
DE OFICINAS ANTIRRACISTAS**



2024 - Ampla Editora
Copyright da Edição © Ampla Editora
Copyright do Texto © As autoras
Editor Chefe: Leonardo Tavares

Este livro está licenciado sob CC BY-NC 4.0.



Essa licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos devam ser creditados e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não precisam licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos. O conteúdo da obra e sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam a posição oficial da Ampla Editora. O download e o compartilhamento da obra são permitidos, desde que os autores sejam reconhecidos. Todos os direitos desta edição foram cedidos à Ampla Editora.

Catlogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

048d

Oliveira, Maria Cristina da Conceição

Das práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais na EJA: caderno pedagógico com propostas de oficinas antirracistas / Maria Cristina da Conceição Oliveira, Joana Paulin Romanoski. – Campina Grande/PB: Ampla, 2024.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-254-3

DOI 10.51859/ampla.ppr543.1124-0

1. Política educacional. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Raça. I. Oliveira, Maria Cristina da Conceição. II. Romanoski, Joana Paulin. III. Título.

CDD 379.15

Índice para catálogo sistemático

I. Política educacional



Ficha técnica

OLIVEIRA, Maria Cristina Conceição. Das práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais na EJA: caderno com propostas de oficinas antirracistas. Produto Educacional. Paraná: UNINTER, 2024. 28p.



"A perspectiva negra decolonial brasileira é a que busca e coloca outras narrativas no campo do conhecimento e do currículo, que dá legitimidade aos saberes acadêmicos, políticos, identitários e estético-corpóreo negros. É aquele que dá relevância aos saberes e às práticas afro-brasileiros emaranhados em todos nós".
(Gomes, 2023, p.245)

- Nilma Lino Gomes

Sumário

INTRODUÇÃO	04
CONTEXTUALIZANDO A EJA	07
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS	12
PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS	15
PROPOSTA E VIVÊNCIAS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NA EJA	18
ENCONTRO 1: Oficina - Cultura negra, empoderamento da cor, orgulho ancestral.....	20
ENCONTRO 2: Oficina - Embelezamento com empoderamento consciente da beleza negra	22
ENCONTRO 3 – Oficina sobre valores civilizatórios afro-brasileiros - Eu, o Outro e a Cultura	24
ENCONTRO 4 - Oficina - Racismo Ambiental	26
REFERÊNCIAS	29



Introdução

A proposta para experiência e reflexão sobre práticas pedagógicas antirracistas na EJA, emerge da pesquisa intitulada Práticas pedagógicas antirracistas na Educação de Jovens e Adultos (EJA): empoderamento da mulher negra – e se constitui como um produto educacional materializado da pesquisa de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação e Inovações Tecnológicas (PPGENT) do Centro Universitário Internacional (UNINTER).

O objetivo deste produto educacional é contribuir para o fomento de práticas pedagógicas antirracistas no contexto da EJA a partir da interseccionalidade entre raça e gênero, sobretudo na problematização de práticas educacionais antirracistas que evidenciem a questão do racismo e as realidades socioculturais sobre a identidade, estética e corporeidade da mulher negra.

Esta proposta se fundamenta na bibliografia estudada durante a pesquisa e conta com as contribuições do trabalho realizado durante o desenvolvimento das práticas pedagógicas antirracistas na instituição-participante desta pesquisa.

Durante a pesquisa foi evidenciada a falta de institucionalização de ações que garantam a formação específica para o trabalho sobre a educação das relações étnico-raciais. Fato que nos remete a Valentim (2019), quando ressalta que uma formação profissional na área étnico-racial “deve ser direcionada no sentido de alcançar a melhoria da qualidade da educação através da reflexão crítica dos professores sobre sua própria prática pedagógica”.



Seguindo nessa reflexão, Figueiredo (2023) enfatiza a “necessidade de uma ação institucional e sistematizada nessa direção” uma vez que “um trabalho informal fragiliza a formação de profissionais antirracistas” e que é preciso formar professores/as comprometidos/as com a educação antirracista, por isso é necessário intensificar ações de formação que objetivem ir além de formar pessoas cidadãos conscientes (Figueiredo, 2023, p. 141).

A formação de professores/as e os saberes docentes relacionados à educação antirracistas surgem como uma marca de práticas pedagógicas transgressoras e insurgentes. Esses tipos de práticas devem promover o deslocamento das práticas pedagógicas do lugar tradicional para pensar outras educações dentro da perspectiva afro-centrada, as quais devem ser capazes de combater a invisibilidade epistêmica, cultural e social de outras raízes étnicas e abrir espaços para outras metodologias necessárias em contextos de luta, marginalização e resistência do povo negro. De modo a quebrar os paradigmas “inserção de práticas pedagógicas que promovessem aprendizagens “outras” de significações de pertencimento étnico e as relações entre os espaços corpo, natureza e tempo” em que a escola se torna um lugar de trans(formação) da prática docente em favor do antirracismo (Silva, 2019, p. 58).

Nesse sentido, esse Produto Educacional (PE), caminha na direção de contribuir para uma ação concreta e para o alargamento da visão sobre as atividades educação das relações étnico-raciais de forma ampliada que respeitem as diferenças étnico-raciais e de gênero, e possam operacionalizar ações de combate ao racismo em suas diversas formas: institucional, individual e coletiva, de modo que possibilite o empoderamento da mulher negra em seus processos de consciência individual e coletiva.



Dessa forma, é importante frisar a necessidade de ampliar o olhar para além da visão colonialista que busca relacionar a identidade do indivíduo negro apenas à escravidão, evidenciando uma perspectiva pejorativa e desempoderadora. Nesse caso, cabe ressaltar que esta proposta entende que reconfigurações das práticas pedagógicas antirracistas, realizadas nas instituições escolares a partir da decolonialidade, constituem-se em um passo importante para libertar e transformar os indivíduos, em especial, as mulheres negras, esperando-se que os processos de aprendizagem antirracista ocorram de forma significativa e que suas vidas sejam marcadas por uma perspectiva que as valorizem em suas marcas identitárias, estéticas e corpóreas.

Sendo assim, a funcionalidade deste material é possibilitar o fomento reflexivo que permita a compreensão do que são práticas pedagógicas antirracistas a partir de encontros pedagógicos que permitam a participação ativa dos sujeitos que atuam na EJA no processo de ensino-aprendizagem, que os façam se reconhecer em suas realidades de forma a surgir reflexões e experiências críticas que promovam o empoderamento individual e coletivo no contexto da EJA.





Contextualizando a EJA

A EJA que tem sua gênese com a educação dos/as indígenas ministradas pelos padres Jesuítas, em que se buscava transmitir normas e comportamentos necessários ao funcionamento da sociedade colonial, ao longo da história essa modalidade de ensino foi se modificando, passou por várias mudanças político-sociais e quase colapsou. Contudo, demonstrou sua capacidade de resistência chegando aos dias atuais com uma tarefa de pensar a educação ao considerar as características socioculturais, bem como as necessidades e interesses dos indivíduos que nela chegam (Arroyo, 2017).

No contexto das hierarquias escolares, a EJA se constitui como ocupante do último lugar, uma porta de emergência por onde deve passar a esperança de reversão dos processos hierárquicos escolares, sociais, raciais, gênero e sexuais, em que jovens, adultos/as e idosos/as, são vítimas históricas de um sistema excludente que os/as conduziu àquele lugar. Porém, a tarefa de desconstrução dessas hierarquias se constitui em um desafio a ser vencido a partir de um trabalho que possibilite os sujeitos a consciência de sua realidade e o contexto social em que estão inseridos, bem como de serem protagonistas em seus percursos sociais e escolares (Arroyo, 2017).

Em relação aos sujeitos que compõem a EJA, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 em conformidade com a Constituição Federal de 1988 expressa em seu art. 37 que:

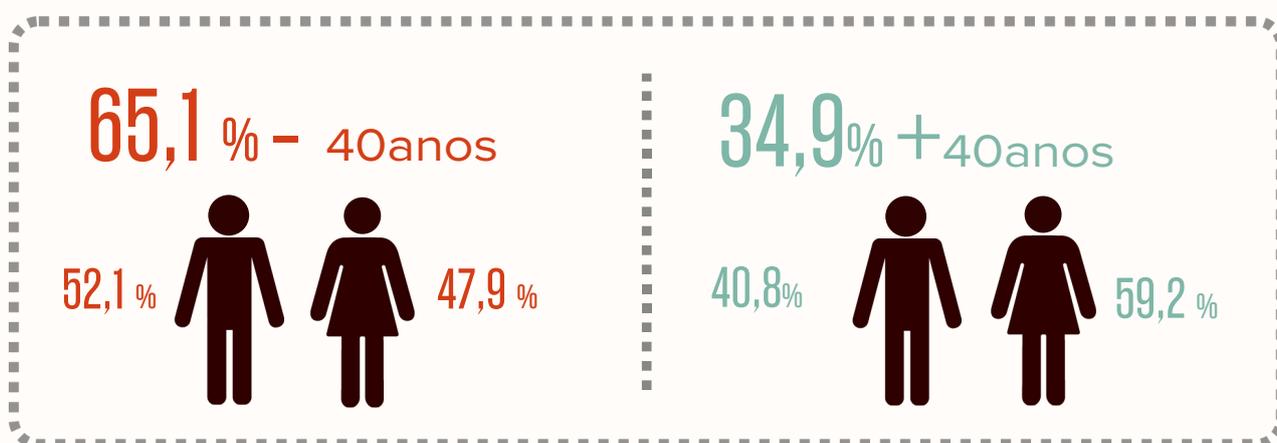


A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. §1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. §2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. §3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Brasil, 1996).

No tocante ao perfil, os/as jovens, adultos/as e idosos/as dessa modalidade têm, como forte característica, a diversidade e multiplicidade dos sujeitos que a compõem, em seus três segmentos cuja predominância segundo dados do censo escolar da educação básica (Brasil, 2023) evidenciou que prevalece o “maior percentual de pretos e pardos”. Em que,

[...] percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos representam 77,7% da EJA de nível fundamental e 70,7% da EJA de nível médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 19,6% da EJA de nível fundamental e 26,9% da EJA de nível médio (Brasil, 2023, p. 45).

Os dados são justificados pelos fatores históricos, pela falta de universalização e questões estruturais que persistem e mantêm as margens da educação formal pessoas advindas de grupos sociais, étnico-raciais subalternizados segregados socialmente do direito à educação, o que, na atualidade, refletem nos dados referentes às desigualdades e às condições de acesso e permanência na escola. E que mesmo com as políticas educacionais que visam avançar na garantia do direito à educação, ainda assim, esse processo tem sido realizado de forma lenta e, portanto, o resultado ainda se mostra insuficiente, sobretudo, ao analisar esse tipo de política do ponto de vista dos resultados com base na coletividade (Arroyo, 2015). No que diz respeito à faixa etária e ao sexo dos/as estudantes, o censo escolar traz a informação de que,



A EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 40 anos, que representam 65,1% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria: 52,1%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes acima de 40 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino: 59,2% (Brasil, 2023, p. 44).



Os dados acima retratam uma realidade marcada por um perfil singular e complexo em que os sujeitos em suas trajetórias de vida são marcados por interrupções e exclusões da educação básica por questões de ordem social e econômica na maioria das vezes. Nesse sentido, percebe-se que a EJA se constitui em um espaço de resgate ao tempo e às oportunidades educacionais que foram perdidas e que devem favorecer aos estudantes a retomada de sua trajetória escolar e recuperação das aprendizagens, respeitando os contextos e percursos formativos formais e não formais, bem como a criação de oportunidades de aprendizagem em conformidade com suas necessidades, potencialidades e que respeitem suas diferenças individuais e a pluralidade dos contextos de vida (Arroyo, 2017).

Em âmbito nacional, a EJA ainda tem se mantido na agenda da política de educação por muitas razões, dentre as quais se encontra a necessidade de alfabetização e da elevação da escolaridade dos/as jovens, adultos/as e idosos/as do país (Di Pierro; Haddad, 2015). O reconhecimento subjetivo do direito à educação aos/às jovens, adultos/as e idosos/as e a garantia desse direito afirmada pela Constituição Federal de 1988 e LDB, impulsionou a instituição de leis e normativas com definições que reafirmaram o direito à educação ao longo da vida.

Contudo, apesar de terem sido instituídos vários documentos normativos e fixado metas ousadas para a EJA no Plano Nacional de Educação (PNE), na prática, pouco se tem efetivado. Nesse sentido, o governo federal por meio do Decreto nº 12.048, instituído em junho de 2024, lançou o pacto entre os entes federados e instituições com apoio de instituições e organismos internacionais, em que se visa efetivar ações em prol da superação do analfabetismo e da valorização dos/as profissionais da EJA. Com isso, há uma expectativa de que esse pacto possibilite que haja



maior empenho dos entes federados e que, em parceria com outros organismos institucionais, possam atuar na melhoria e ampliação das ofertas de vagas na EJA. E que os investimentos a serem destinados possibilitem ações efetivas para superação dos desafios históricos e persistentes da política educacional brasileira de descaso com essa modalidade de ensino e, conseqüentemente, com o povo brasileiro, sobretudo que a população pobre e negra tenha de fato a oportunidade de acesso a uma educação que lhes garanta o pleno exercício da cidadania e emancipação.





Práticas pedagógicas antirracistas

Pensar ações práticas para combater o racismo é de fundamental importância, visto que, no Brasil, a raça, em vários contextos, atua articulada com “questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas” (Gomes, 2012, p. 730), e acaba configurando relações sociais de poder baseadas na cultura colonialista e que atuam em várias situações e de formas estratégicas nos processos educacionais e civilizatórios. Nesse contexto, a resignificação da raça, proposta pelo movimento negro, busca trazer à tona indagações teóricas e ideológicas da história do Brasil de forma a explicar a forma como o racismo brasileiro opera através das estruturas de Estado, na vida e no cotidiano nas pessoas negras. Ao mesmo tempo, a visibilidade dada às questões étnico-raciais é disposta no sentido de construir uma sociedade mais democrática em que os indivíduos sejam reconhecidos em suas diferenças e tratados igualmente como sujeitos de direitos, bem como na operacionalização das ideologias étnico-raciais que possibilite a construção de identidades negras enquanto potência emancipadora e não como uma “regulação conservadora” (Gomes, 2012, p. 731).

Nessa direção, a Lei 10.639/2003, na concepção de Gomes (2012, p. 105) abre caminhos para uma:

educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afrobrasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”,



conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade.

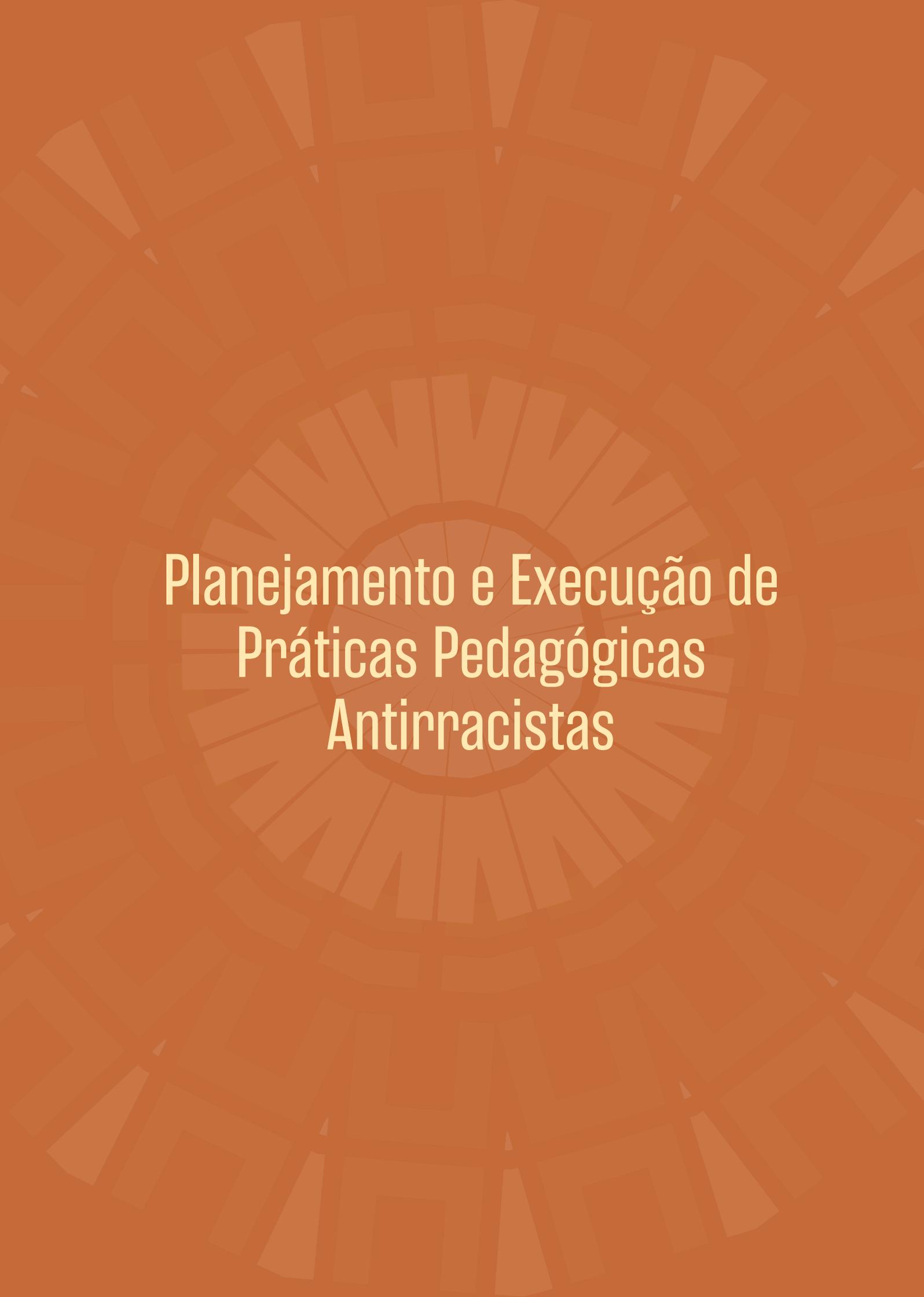
No entanto, a escola enquanto organismo social, tem sido um ambiente em que ocorre diversas práticas discriminatórias com destaque para as “concepções hostis em relação à estética natural negra, sobretudo o cabelo crespo, um dos mais expressivos símbolos da identidade negra” (Panta; Silva, 2024, p. 13). Conforme Gomes (2005, p. 147), para que a escola avance na relação entre os saberes relacionados à diversidade étnico-cultural é necessário que “educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras”.

Para Gomes (2005, p. 147), inserir a dimensão étnico-racial nas práticas pedagógicas não significa apenas transformá-la em “conteúdos escolares ou em temas transversais”, antes, é preciso “ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar” para que se possa “construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade”. O que exige que a escola esteja consciente de seu papel de atender à sociedade em suas demandas sociais emergentes e não um mero organismo governamental ou uma instituição que visa atender aos anseios dos/as educadores/as.



A prática pedagógica antirracista também se constitui em oportunidade de ressignificação do espaço-tempo e da prática docente, uma vez que a “revalorização extrapola o indivíduo e atinge o grupo étnico/racial a que pertence. Ao atingi-lo, acaba remetendo, às vezes de forma consciente e outras não, a uma ancestralidade africana recriada no Brasil” (Gomes, 2005, p. 173). Além disso, a “revalorização da estética, do corpo negro e do cabelo crespo” (Gomes, 2005, p. 173), realizada a partir de práticas pedagógicas em ambiente escolar, permite que o lugar ocupado até pouco tempo pelos ambientes familiares, de militância política e salões étnicos sejam ampliados. Além disso “a relação pedagógica não se desenvolve só por meio da lógica da razão científica, mas, também, pelo toque, pela visão, pelos odores, pelos sabores, pela escuta”(Gomes, 2005, p. 173).





Planejamento e Execução de Práticas Pedagógicas Antirracistas



O planejamento de práticas pedagógicas antirracistas exige, antes de tudo, um clima de diálogo e, ao mesmo tempo, de consciência política sobre a temática étnico-racial, pois segundo Gomes (2021, p. 436), “o processo de descolonização das mentes e das práticas como ação de combate ao racismo nas sociedades é tenso e conflituoso. A educação talvez seja o espaço em que essa tensão é mais visível”. Isso ocorre porque

No Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso do brasileiro, mas se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais (Gomes, 2005, p. 148).

Portanto,

[...] antes de pensarmos em quais estratégias poderemos adotar, é importante que estejamos atentos ao seguinte ponto: se todos nós estamos de acordo com a necessidade de se desenvolver estratégias de combate ao racismo na escola (que é o objetivo desse livro), concordamos com o fato de que o racismo existe na sociedade brasileira. E mais, concordamos que racismo está presente na escola brasileira. Esse é um ponto importante porque rompe com a hipocrisia da nossa sociedade diante da situação da população negra e mestiça desse país e exige um posicionamento dos(as) educadores(as) (Gomes, 2005, p. 147).

De forma a se considerar um ambiente em que:

Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros.



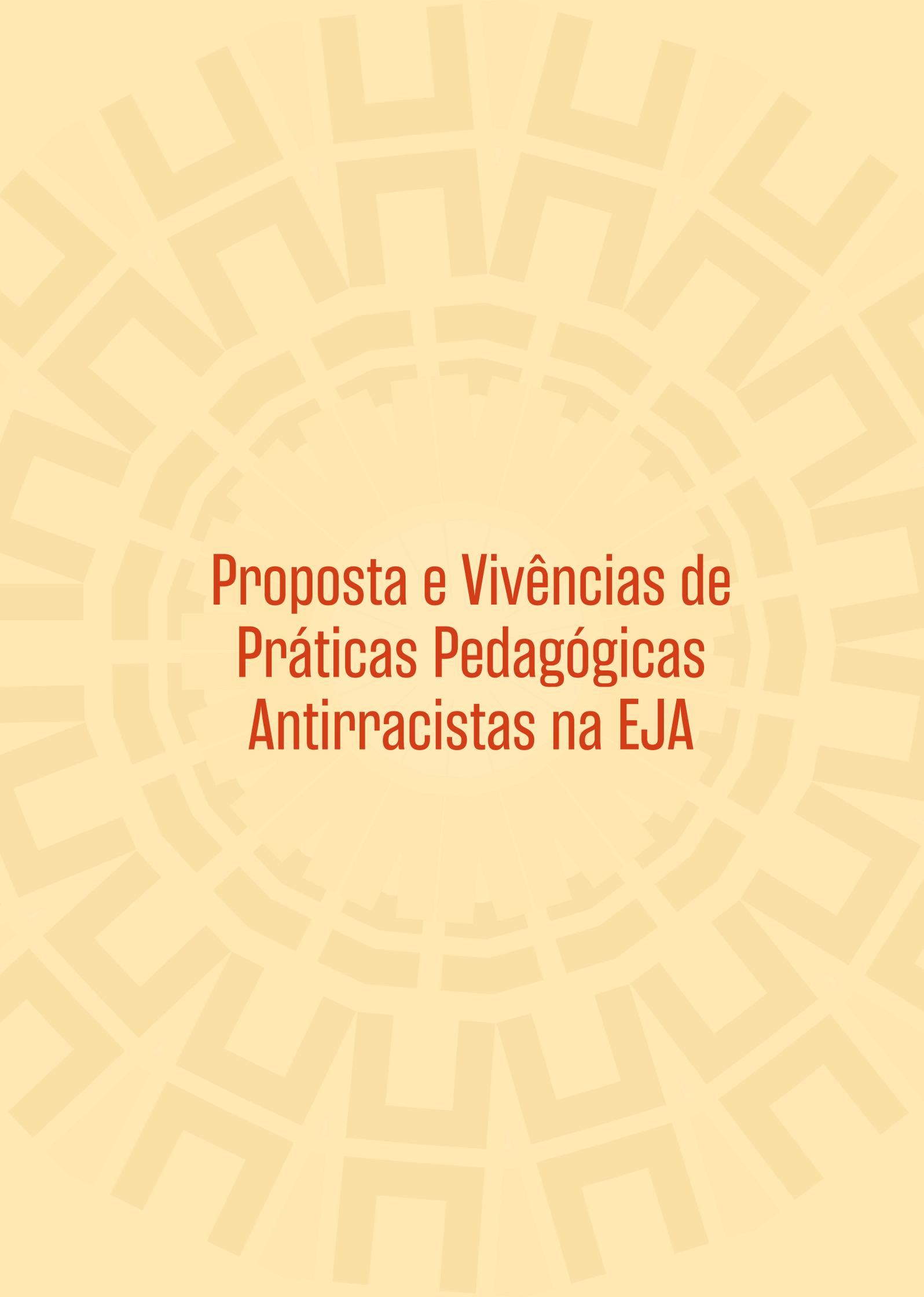
Refere-se também aos conflitos, choques geracionais e entendimento das situações-limite vivenciadas pelos estudantes das nossas escolas, sobretudo aquelas voltadas para os segmentos empobrecidos da nossa população.

Para tanto, o processo de execução de práticas pedagógicas antirracistas exige que se adote: “uma postura pessoal, profissional, política e epistemológica, que recusa toda e qualquer forma de racismo e discriminação, e que produz mudanças efetivas na vida dos sujeitos com o rompimento das hierarquias raciais” (Gomes, 2021, p. 442).

Como ressalta Santos (2022, p. 122/123), para que se consiga desconstruir o racismo no ambiente escolar “é necessário investir em novas formas de abordagens dos conteúdos”, partir do questionamento das “memórias forjadas nas salas de aula” as quais não dialogam com as “memórias dos grupos étnico-raciais presentes nela, assim como a história ensinada que não é a destes grupos e também os livros didáticos que falam de um universo que não é o dos estudantes”, além disso, é preciso “dar vozes a personagens silenciados na história, investir em formação dos educadores”.

Para Passos e Santos (2018, p. 4), “as práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais, reúnem não somente a teoria e a prática, ou a reflexão sobre uma prática pedagógica genérica, mas, sobretudo, é reflexão e prática antirracista”.





**Proposta e Vivências de
Práticas Pedagógicas
Antirracistas na EJA**



As atividades pedagógicas antirracistas propostas emergiram do contexto da pesquisa intitulada “Práticas pedagógicas antirracistas na Educação de Jovens e Adultos (EJA): empoderamento da mulher negra”, em que foram desenvolvidas oficinas de práticas pedagógicas antirracistas voltadas para o público da EJA.

Como estratégia de formação, recomenda-se que as oficinas sejam realizadas pelos/as professores/as em conjunto com os/as estudantes, e também podem ser realizadas em parceria com lideranças do movimento negro organizado, pesquisadores/as da EREER ou por outros/as voluntários/as que tragam um saber voltado para as questões étnico-raciais.

O objetivo das oficinas é oferecer aos sujeitos da EJA um espaço de reflexão e prática antirracista em que os/as participantes tenham a oportunidade de refletir sobre o racismo. A reflexão pode ocorrer a partir de uma palestra ou um conteúdo advindo de material audiovisual como, por exemplo, um filme ou um documentário que se refira às diferenças étnico-raciais no Brasil. É importante que, após a exposição teórica, seja realizada uma roda de conversa em que os/as participantes exponham suas impressões e experiências acerca de situações de racismo ou algo correlato. Além disso, sejam estimulados/as, de forma lúdica, a refletirem sobre suas relações sociais e culturais com as questões raciais. O grupo pode ser orientado a realizar trabalhos pedagógicos sobre a questão racial que pode ser produzido de forma pessoal ou coletiva.



ENCONTRO 1:

Oficina - Cultura negra,
empoderamento da cor,
orgulho ancestral

Objetivo:

Refletir sobre a identidade racial negra

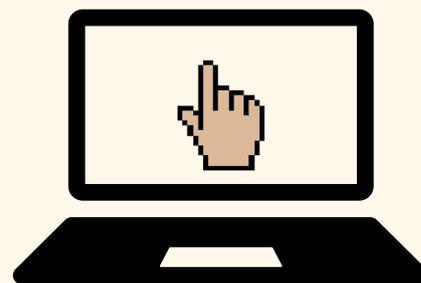
Público-alvo:

Professores/as e estudantes da
EJA, 1º e 2º seguimentos

Esta oficina se refere às abordagens sobre a identidade, o racismo e a discriminação racial nos moldes como se reverberam na sociedade brasileira.



Os trabalhos podem ser iniciados pela exibição do curta-metragem “Dudu e o lápis cor da pele” (2018, 19min03s), disponível na plataforma do Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=-VGpB_8b77U.



Clique para acessar.

Após a exibição do filme, o/a educador/a conduzirá o debate entre os/as estudantes através da metodologia de roda de conversa, em que a partir de perguntas norteadoras, os/as participantes podem emitir suas impressões de forma oral sobre o filme.

Durante o encontro, também poderá ser realizada uma palestra, ministrada por voluntários/as convidados/as, que podem ser lideranças negras fazendo exposição sobre sua experiência de vida e o processo da autoafirmação da negritude.

Como exemplo do que aconteceu na referida pesquisa, para essa oficina foi convidada uma graduanda em dança que é militante do movimento negro, integrante do candomblé. Na oportunidade, ela relatou sua experiência enquanto mulher negra, moradora da periferia e candomblecista. Ministrou uma oficina de turbante em que, além de realizar uma exposição oral sobre origem e histórico do turbante e sua relação com processo de autoafirmação da identidade negra, também realizou uma prática de como fazer uma amarração de turbante, explicando os diversos tipos e o sentido da prática do uso de turbante nas diversas culturas. Essa pode ser uma prática a ser reproduzida, assim como convidar pessoas que atuam na cultura e religião de matriz africana para explicar origens e características pouco conhecidas no espaço escolar.

ENCONTRO 2:

Oficina - Embelezamento com empoderamento consciente da beleza negra

Objetivo:

Refletir sobre os saberes identitários e estético-corpóreos negros

Público-alvo:

professores/as e estudantes da EJA, 1º e 2º seguimentos

A proposta pedagógica desta atividade pode ser desenvolvida a partir da criação de um espaço de relato de experiência em que a cultura e a corporeidade negras, como as questões relacionadas à estética como o cabelo crespo possa ser visto de forma positiva, de forma a combater os estereótipos negativos que têm se perpetuado no imaginário social e cultural brasileiro (Gomes, 2003).



A experiência da ação vivenciada com essa temática deve ser composta por dois momentos, o primeiro uma palestra sobre o embelezamento com empoderamento consciente da beleza negra. O segundo momento se consistirá de uma atividade prática de cuidados com hidratação e soltura de cabelos que possuem cachos a partir da técnica de fitagem. O encontro pode ser ministrado por uma cabeleireira especialista em cabelos afros que conduzirá sua narrativa buscando articular educação, cultura e identidade negras, realidades que, segundo Gomes (2003, p. 171), consiste em falar de

processos densos, movediços e plurais, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais. Processos que estão imersos na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história.



ENCONTRO 3:

Oficina sobre valores civilizatórios afro-brasileiros -Eu, o Outro e a Cultura Popular

Objetivo:

Refletir sobre os valores civilizatórios a cultura popular afro-brasileira

Público-alvo:

professores/as e estudantes da EJA,
1º e 2º seguimentos



Os trabalhos desta oficina podem ser realizados em dois momentos, sendo o primeiro, uma palestra sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros na perspectiva de desconstrução dos estigmas, preconceitos e da discriminação e a reflexão da postura individual e coletiva em relação aos elementos da cultura popular oriunda da influência afro-brasileira presente na arte, música e dança nos diversos contextos brasileiros. Cultura que, ao longo do processo histórico, sofreu/sofre com a desvalorização de suas

manifestações devido ao racismo cultural presente no contexto social brasileiro. O segundo momento, pode ser a realização de uma atividade prática antirracista a partir da experiência com a música e a dança popular.

Para Gomes (2003, p. 77),

Discutir sobre a cultura negra também exigirá de nós um posicionamento sobre o que realmente queremos dizer quando apelamos para a construção de projetos e práticas multiculturais [...] e nos direcionará a um compromisso político explícito diante da questão racial, entendida aqui como indissolúvelmente ligada ao conjunto de questões sociais, culturais, históricas e políticas do nosso país (Gomes, 2003, p. 77).

Para a experiência desta atividade, podem ser convidadas pessoas da comunidade, mestres de manifestações da cultura popular ou alguma pessoa ativista/militante do movimento negro organizado.

Na ocasião da prática da pesquisa, o ministrante foi um professor experiente em pesquisa sobre valores afrobrasileiros e cultura popular. Durante o trabalho, foi proporcionada a vivência do poder que emana da ancestralidade africana presente na oralidade circularidade, religiosidade, corporeidade, musicalidade, no cooperativismo/comunitarismo, na memória, ludicidade e energia vital (axé), expressos a partir da arte e da cultura populares dos povos originários e africanos e nas formas de resistências e permanências dessa cultura no cotidiano social das pessoas.

ENCONTRO 4:

Oficina - Racismo ambiental

Objetivo:

Refletir sobre o mito da democracia racial e os racismos brasileiros

Público-alvo:

professores/as e estudantes da EJA,
1º e 2º seguimentos

Os trabalhos realizados visam conduzir a reflexão em torno do mito da democracia racial e dos racismos que, no Brasil, manifestam-se de modo singular como estruturante nas condições de vida da população negra, bem como nas iniquidades, nos determinantes ambientais, socioeconômicos, judiciais, culturais, políticos e sociais. Em que se faz importante “problematizar o lugar da educação das relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira e africana como perspectiva para a compreensão da

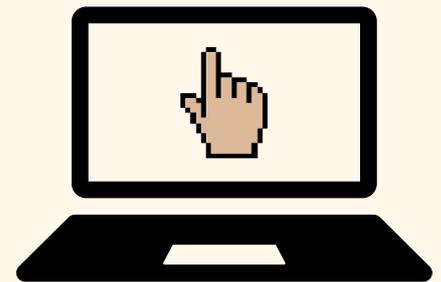


sociedade atual bem como das trajetórias dos sujeitos da EJA” (Passos; Santos, 2018, p. 24)

Com reflexões sobre as situações de vulnerabilidade social, condições de saúde, educação, moradia, segurança pública e trabalhos da população negra, espera-se que os sujeitos tomem consciência sobre os efeitos do racismo que, no Brasil, é “insistentemente negado”, porém se faz presente nos “sistemas de valores que regem” o comportamento da sociedade e se expressa através de práticas sociais excludentes estruturadas para manter os indivíduos negros na subalternidade.

Para a vivência da prática pedagógica desta oficina propõe-se envolver os componentes curriculares ligados às áreas de ciências humanas, linguagens e trabalho.

Inicialmente, exibe-se o vídeo intitulado “Direitos humanos: racismo ambiental” (2020, 8min22s), que se encontra disponibilizado no Canal Preto, disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=hTRuVRXLwz0>.



Clique para acessar.

Logo após a exibição do vídeo, abre-se para o debate trazendo para o centro questionamentos sobre o racismo gerado pelo sistema socioeconômico em seus processos de exclusão da população negra, desde o período colonial até o processo pós-abolição, e as crises ambientais decorrentes dos processos de globalização econômica (Pacheco; Faustino, 2013).

Após assistirem ao vídeo, os/as estudantes são convidados/as a se posicionarem de forma crítico-reflexiva, a partir das imagens exibidas sobre a realidade social em que vive a população negra. É importante conduzir o debate de forma que os sujeitos consigam compreender a ideia do que seja o racismo que, para além de ações e

xingamentos, possam se manifestar nas situações de injustiças sociais e ambientais que impactam de forma negativa sobre a vida dos grupos étnicos vulneráveis, como no caso da população negra (Pacheco; Faustino, 2013).

Como prática para esta oficina, pode ser desenvolvida uma atividade de produção de artesanatos a partir da temática racial feita com materiais de resíduos sólidos como garrafas de vidro e outros materiais. E em clima de liberdade, os/as estudantes possam criar algo a partir do que considerarem possível.

A partir da vivência dessas oficinas, outras ações podem ser desenvolvidas durante as atividades pedagógicas realizadas na escola ao longo do período letivo, a exemplo do que foi feito durante a realização da pesquisa em que as práticas se desdobraram em:

- ✓ **Produção de cordel com o tema “beleza negra”;**
- ✓ **Confecção de uma boneca retratando os traços da estética e cabelo afro;**
- ✓ **Produção de cartazes com ideias, frases e palavras afirmativas;**
- ✓ **Produção de painel com negros/negras que são destaque na arte e cultura brasileiras;**
- ✓ **Visita a espaços étnicos, como o memorial Quilombo dos Palmares-AL;**
- ✓ **“Noite da Beleza Negra” com a exposição de arte e cultura afro;**
- ✓ **Mostra de fotografias com temas relacionados a espaços étnicos.**

Referências

ARROYO, Miguel G. O direito à educação e a nova segregação social e racial-tempos insatisfatórios?. Educação em Revista, v. 31, n. 3, p. 15-47, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Decreto nº 12048, de 05 de junho de 2024. Brasília, DF: Presidência da República, 05 de junho de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar da educação básica 2023. Brasília-DF. INEP. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Canal preto. Direitos humanos: racismo ambiental” 2020, que se encontra disponibilizado no Canal Preto, disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=hTRuVRXLwz0>.

FIGUEIREDO, Érika Santana. Formação inicial de professoras/res. Práticas antirracistas e o invisível revelado: fios de memórias de egressas do curso normal do colégio Pandiá Calógeras - São Gonçalo - RJ. 2023. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 23, p. 62-74, ago. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Étnico-Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. Superando o racismo na escola, v. 2, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e pesquisa*, v. 29, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. Injustiça ambiental e saúde no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 73-114, 2013.

PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. Os impactos do racismo na trajetória de estudantes do ensino médio: experiências e percepções de negros e brancos. *Sociologias*, v. 26, 2024.

PASSOS, Joana Célia dos; SANTOS, Carina Santiago dos. A educação das relações étnico-raciais na EJA: Entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica. *Educação em Revista*, v. 34, 2018.

SANTOS, Danielle Souza. A cor dessa escola sou eu: diálogos entre práticas pedagógicas antirracistas e o ensino de história no Colégio Estadual de Barra do Pojuca (2020-2021). 2022. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

SILVA, Denise Fernandes da. Tecituras de práticas pedagógicas afroperspectivistas em prol da luta antirracista. Dissertação (mestrado) em EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Programa de Pós-graduação em Educação. Seropédica, RJ, 2019.

TAKE A TAKE. Dúdú e o lápis cor da pele. YouTube. 2018. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=-VGpB_8b77U.

VALENTIM, Silvani dos Santos; LEAL, Jackson Almeida. Formação continuada para a diversidade étnico-racial: repercussões nas práticas pedagógicas dos professores da Educação Básica. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Contagem, Minas Gerais, 2019.



**DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA AS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EJA:**
CADERNO PEDAGÓGICO COM PROPOSTAS
DE OFICINAS ANTIRRACISTAS

Maria Cristina da Conceição Oliveira
Profa. Dra. Joana Paulin Romanoski (Orientadora)

Curitiba | 2024